

Pobreza, desigualdade e educação: uma análise na perspectiva socioeconômica, étnico-racial e territorial

Poverty, inequality and education: an analysis from a socioeconomic, ethnic-racial and territorial perspective

Jurandir de Almeida Araújo
Marta Lícia Teles Brito de Jesus
Gilvanice Barbosa da Silva Musial
Universidade Federal da Bahia – UFBA
Salvador-Bahia-Brasil

Resumo

Este artigo tem como objetivo tecer uma análise teórico-crítica acerca do contexto político, social e educacional brasileiro no que diz respeito aos marcadores sociais como pobreza, desigualdade e educação, com especial atenção a população negra nas regiões norte e nordeste. Trata-se de um ensaio interessado na problematização do conceito de pobreza na sociedade brasileira. Como resultado, o estudo aponta que a dimensão da pobreza e da desigualdade no Brasil precisa ser estudada em sua complexidade, ampliando a discussão apenas em termos de percentuais baseados apenas em marcadores econômicos, uma vez que se mostra evidente estudar o núcleo das desigualdades socioeconômicas, étnico-raciais, regionais e educacionais, assim como a necessidade de políticas afirmativas, para propor o alívio das desigualdades materiais e simbólicas que atingem perversamente a população brasileira.

Palavras-chave: Pobreza; População negra; Desigualdades social, educacional e regional.

Abstract

This article aims to provide a theoretical-critical analysis of the Brazilian political, social and educational context with regard to social markers such as poverty, inequality and education, with special attention to the black population in the north and northeast regions. This is an essay interested in problematizing the concept of poverty in Brazilian society. As a result, the study points out that the dimension of poverty and inequality in Brazil needs to be studied in its complexity, expanding the discussion only in terms of percentages based only on economic markers, since it is evident to study the core of socioeconomic like inequalities ethnic-racial, regional and educational, as well as the need for affirmative policies, to propose the alleviation of material and symbolic inequalities that perversely affect the Brazilian population.

Keywords: Poverty; Black population; Social, educational and regional inequalities.

Introdução

O mundo está cada vez mais complexo, injusto, desigual e excludente. Os homens e as coisas, segundo Hannah Arendt (1999), circulam pelos espaços sem estabelecerem uma relação de sentido e o poder econômico reina sobre o poder político e o poder público. A riqueza, cada dia mais concentrada nas mãos de uma pequena parcela da sociedade, aferida em termo da capacidade de ganhar e de gastar, em que todas as coisas, afirma a referida autora, devem ser “devoradas” e “abandonadas” quase tão rapidamente quanto o seu surgimento. Neste contexto, a disputa pelo exercício do poder político e econômico e a ambição em acumular riquezas têm levado homens e mulheres, cada vez mais, a explorar e oprimir uns aos outros.

A concentração e distribuição de riqueza e renda, em nível continental, regional e local, está cada vez mais exacerbada entre países centrais e países considerados periféricos, conformando, de um lado, pessoas enriquecidas e, de outro, pessoas empobrecidas. Conforme os estudos de Zygmunt Bauman (2013), na década de 1960 a renda dos 5% mais ricos era trinta vezes maior em relação aos 5% mais pobres, dobrando ao final dos anos de 1980 e atingindo o patamar de 114 vezes maior no ano de 2002. Apenas 22 países, que abrigam 14% da população total do planeta, detém mais da metade do comércio e do investimento global.

Ainda de acordo com os estudos de Bauman (2013), cerca de 90% das riquezas produzidas no mundo estão concentradas nas mãos de apenas 1% da população mundial e os 49 países mais pobres, habitados por 11% da população geral, recebem entre eles apenas 0,5% da renda global. Tal percentual, segundo ele, equivale à soma dos rendimentos dos três homens mais ricos do mundo. As duzentas pessoas mais ricas, segundo Laura Díaz (2007), possuem juntas um montante maior do que a de um bilhão e quatrocentos milhões de pessoas e as duas pessoas mais ricas possuem um montante superior ao conjunto dos países menos desenvolvidos, existindo, assim, ressalta ela, “[...] indivíduos mais ricos que nações importantes.” (DÍAZ, 2007, p. 125)

O preocupante é que, como salienta Antônio David Cattani (2007, p. 234), “[...] as várias dimensões da riqueza, das formas da sua extração e fruição, têm impacto direto sobre a vida da população pobre.” Principalmente no acesso a bens e serviços básicos, como saúde, educação, saneamento e moradia. Para além da fome e da escassez de comida e suas consequências na vida das pessoas (BAUMAN, 2013), a pobreza e a desigualdade se

configuram como um fenômeno multidimensional, multifacetado e relacional, pois envolve diversos fatores – político, econômico, cultural, territorial, cor/raça, gênero, entre outros.

A desigualdade, nas palavras de Pierre Bourdieu (1998), é resultado da forma desigual como o capital econômico e o capital social são divididos entre os agentes sociais. No mundo atual, a situação econômica, o grau de escolaridade, o pertencimento étnico-racial, a cultura, entre outros marcadores sociais conferem ao sujeito vantagens ou desvantagens que o diferencia ou o compara aos outros sujeitos, colocando-o num lugar de superioridade ou de inferioridade, de opressor ou de oprimido, em níveis complexos de diferenciação definidos na esfera política. Refém do sistema capitalista onde quem pode mais são os indivíduos que tem maior poder aquisitivo, em sua grande maioria pessoas brancas, observa-se um ciclo vicioso, que gera cada vez mais desigualdades, preconceitos e discriminações.

Segundo Sérgio Haddad (2007, p. 10) “[...] dentre as muitas variáveis geradoras de desigualdades, a educação é a mais crucial – representando até um quarto desta estatística.” Nessa mesma linha de compreensão, Tereza Campello *et al* (2018, p. 58) ressalta que a manutenção da desigualdade em educação “[...] é um dos fatores que mais determinam a dinâmica de exclusão e a perpetuação da pobreza.” Logo, entende-se que o grau de escolaridade dos sujeitos constitui-se em um dos determinantes nos níveis de desigualdades e no número exacerbado de pessoas vivendo em situação de pobreza ou abaixo da linha de pobreza.

Compartilha-se novamente do pensamento de Bauman (2013) ao afirmar que a discussão acerca da temática da desigualdade não pode ser reduzida apenas a questão da renda *per capita*, outros fatores multidimensionais, como educação, cor/raça, gênero, sexualidade, geracional, geográfico, político, cultural entre outros, precisam ser considerados como categorias analíticas. Uma vez que estudos focalizados apenas em questões muito específicas dificultam uma análise mais geral sobre a problemática da pobreza, “[...] requer um exame meticoloso da interação de fatores ou variáveis que operam em situações locais, estaduais, nacionais, regionais e internacionais.” (CIMADAMORE, 2007, p. 20)

Diante deste contexto, este ensaio tem como objetivo tecer uma análise teórico-crítica acerca do contexto político, social e educacional brasileiro no que diz respeito aos

Pobreza, desigualdade e educação: uma análise na perspectiva socioeconômica, étnico-racial e territorial

marcadores sociais como pobreza, desigualdade e educação, com especial atenção a população negra e as regiões economicamente menos favorecidas – Norte e Nordeste. Leva em consideração que a pobreza e as desigualdades no país, em parte, trata-se de uma questão racial que atinge em maior proporção e intensidade as pessoas negras e as referidas regiões.

Embasado nos estudos de Araújo (2018), Bauman (2013), Campello *et al* (2018), Díaz (2007), Hasenbalg (2005), Neri (2019), Therborn (2010) entre outros e em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2008, 2015, 2019a, 2019b), no decorrer do trabalho, pretende-se discutir como as questões relacionadas a pobreza, desigualdade, cor/raça e territoriais estão imbricadas na sociedade brasileira e impactam negativamente na trajetória educacional da população negra?

As desigualdades em perspectivas

Göran Therborn (2010) no artigo intitulado “Os campos de extermínio da desigualdade”, apresenta elementos que permite melhor compreender as desigualdades entre homens e mulheres na contemporaneidade. Segundo ele, existem pelos menos três tipos distintos de desigualdade, todos eles altamente destrutivos para as vidas humanas, a saber: desigualdade de saúde e morte, desigualdade existencial e desigualdade material. Os quais, interagindo entre si e influenciando uns aos outros, afirma o referido autor, provocam diversos efeitos sobre a vida das pessoas e que são determinados por mecanismos causais diferentes e em conformidade com o contexto sócio-histórico analisado.

A desigualdade de saúde e morte, pode ser denominada de desigualdade vital e “[...] pode ser medida de maneira relativamente fácil por meio da expectativa de vida e taxas de sobrevivência.” (Therborn, 2010, p. 146). Segundo ele, esta desigualdade aniquila a vida de milhões de pessoas todos os anos, em todo o mundo. Nos países em desenvolvimento, a exemplo do Brasil, suponha-se, muitos fatores influenciam nesse sentido, a exemplo da pobreza, do racismo, do preconceito e da discriminação racial e de gênero, do tráfico de drogas e da violência que tem ceifado a vida de muitos jovens, em particular dos jovens negros, empobrecidos, moradores nas favelas e bairros periféricos. Situação exponencialmente agravada neste período de pandemia covid-19.

Já a desigualdade existencial, para o mesmo autor, atinge o sujeito como pessoa, negando a ele igual reconhecimento e respeito, atuando como “um forte gerador de humilhações para os negros, (amer-)índios, mulheres em sociedades patriarcais, imigrantes

pobres, membros de castas inferiores e grupos étnicos estigmatizados.” Desigualdade esta que não assume “[...] apenas a forma de discriminação ostensiva, mas também opera de modo eficaz através de hierarquias de status mais sutis.” (THERBORN, 2010, p. 146) Com isso, diminui as possibilidades de ascensão socioeconômica e educacional da população empobrecida, em particular a dos agentes sociais historicamente marginalizados, a exemplo dos acima citados.

A desigualdade material ou de recursos, por sua vez, entende-se que para a sua sobrevivência as pessoas contam com recursos distintos, e pode ser de dois aspectos: desigualdade de acesso, ou melhor, de oportunidade, e desigualdade de resultado, também entendida como as recompensas (THERBORN, 2010). Aspectos esses visíveis na sociedade brasileira e evidenciados nas pesquisas acadêmicas e nos indicadores sociais. Indicadores os quais demonstram o fosso que separa os agentes sociais enriquecidos dos agentes sociais empobrecidos, assim como as pessoas brancas das pessoas negras. E traduzem em números, plenos de significados, a perversa estrutura de distribuição de renda (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000) e demais desigualdades existentes no país.

Therborn (2010) afirma ainda que a desigualdade pode ser produzida de quatro formas básicas, são elas: distanciamento, exclusão, hierarquia e exploração. Segundo ele, a desigualdade produzida via mecanismo de distanciamento, em que alguns correm na frente e outros ficam para trás, embora em um sentido territorial as distâncias tenham encolhido enormemente em decorrência da comunicação eletrônica, assim como diminuíram as distâncias existentes entre grupos étnico-raciais, homens e mulheres, distanciamentos vitais e de renda estão aumentando entre diferentes partes do mundo e dentro de muitos países.

O distanciamento é hoje, afirma Therborn (2010), o mais sutil dos mecanismos e o mais difícil de ser combatido moral e politicamente, assim como o principal caminho de aumento das desigualdades e violação cada vez mais contundente dos direitos humanos. Ou seja, o distanciamento opera pela capacidade de ganhar e de gastar, bens materiais e por marcadores sociais como pertencimento étnico-racial, gênero, sexualidade, escolaridade, profissão, entre outros fatores materiais e imateriais.

O estiramento da distância entre os agentes sociais com maior poder aquisitivo e os com menor poder de consumo, isto é, o distanciamento entre os enriquecidos e os empobrecidos, pontua Therborn (2010, p. 154), “[...] diminui a coesão social, o que, por sua

Pobreza, desigualdade e educação: uma análise na perspectiva socioeconômica, étnico-racial e territorial

vez, gera mais problemas – tais como crime e violência – e menos recursos para lidar com outros problemas coletivos, da identidade nacional à mudança climática.” No Brasil, o crime e a violência são alguns dos problemas desencadeados pelo distanciamento entre os agentes sociais enriquecidos e os agentes sociais empobrecidos e que tem no racismo um dos fatores multidimensionais que contribuem para o aumento. Embora a violência esteja presente em todos os lugares e ninguém esteja imune de sofrer e/ou praticar algum tipo de violência, os agentes sociais empobrecidos, moradores de bairros periféricos e favelas, em particular os negros e negras são os mais vitimados. Resultado, em parte, desse estiramento e do racismo.

A desigualdade produzida via o mecanismo de exclusão se dá através de uma barreira que torna impossível ou pelo menos mais difícil para os sujeitos pertencentes a determinados grupos sociais alcançarem uma melhor qualidade de vida. Na sociedade brasileira, tal mecanismo configura-se como uma barreira de difícil superação por parte dos sujeitos historicamente marginalizados, uma vez que aqui o racismo, o preconceito e a discriminação racial são fatores estruturais e estruturantes e que quase sempre ocorrem de forma dissimulada, o que torna ainda mais difícil enfrentá-los.

A desigualdade produzida via o mecanismo da hierarquia social parece ser uma importante razão subjacente para as desigualdades de saúde e expectativa de vida, pois as hierarquias de status social produzem formas de existências desiguais, com severas consequências psicossomáticas (THERBORN, 2010). Nesse sentido, compreende-se que no mundo onde a capacidade de ganhar e de gastar é fator de ostentação, isto é, de status social, as hierarquias sociais determinam o lugar que cada um ocupa na pirâmide socioeconômica e, conseqüentemente, os lugares de circulação dos sujeitos, assim como no acesso a bens e serviços de melhor ou pior qualidade.

O prestígio social é, portanto, fonte de desigualdades, pautadas nas distinções de status, e acesso diferenciado aos bens e serviços (DÍAZ, 2007), o lugar que os sujeitos ocupam na hierarquia socioeconômica e educacional. Como pontua o relatório da Oxfam Brasil (2019, p. 18), sobre a desigualdade no Brasil, “[...] nascer em favelas e nas periferias de grandes centros urbanos, ser negro ou negra define, em diferentes aspectos, o futuro de cidadãos e cidadãos do nosso país”, isto é, o lugar que ocupam na pirâmide socioeconômica.

A desigualdade produzida via o mecanismo da exploração, por meio da qual as riquezas dos agentes sociais enriquecidos derivam do trabalho árduo e da subjugação dos

agentes sociais empobrecidos, é a “[...] forma mais repulsiva de geração de desigualdade – pode então ser vista como um condutor significativo da desigualdade no mundo contemporâneo, mas não é a força principal.” (THERBORN, 2010, p. 147). A exploração da força de trabalho dos agentes sociais empobrecidos pelos enriquecidos é algo que parece naturalizado nas sociedades capitalistas, talvez por isso não seja considerada como a força principal que gera desigualdade, todavia uma variável que precisa ser mais bem analisada no campo das desigualdades, no contexto atual. Como pontua Cattani (2007, p. 231), “[...] a naturalização das desigualdades faz com que as denúncias sobre condições abjetas de exploração não comovam a maioria.” E, desta forma, perpetua a opressão de uns sobre outros, bem como o enriquecimento de uma minoria em detrimento do empobrecimento da maioria.

A discussão apresentada sobre as desigualdades é enriquecida na perspectiva trazida por Dias (2007), a partir de três facetas distintas, propostas: a econômica, a política e a sociocultural. Segundo ela, a desigualdade econômica se caracteriza pela diferença nas rendas e capacidade de consumo entre indivíduos, regiões e nações; a desigualdade política, por sua vez, é a diferença de acesso ao poder político e acesso aos direitos políticos; e a desigualdade sociocultural é a diferença entre grupos populacionais identificada por etnia, gênero, ideologia, capital cultural e status social. Todas as facetas encontram-se inter-relacionadas, tornando mais complexo o fenômeno da pobreza e das desigualdades entre as pessoas, especialmente se considerando sua reprodução, visto que elas estruturam o processo de enriquecimento de uns e empobrecimento de outros, sobretudo o empobrecimento dos agentes sociais pertencentes aos grupos historicamente colocados as margens das fronteiras do Estado. No Brasil, cada vez mais acentuada entre brancos e negros.

As múltiplas dimensões e facetas da pobreza e da desigualdade na sociedade brasileira

Discutir o fenômeno da pobreza, é importante ressaltar, não se resume apenas as condições econômicas dos agentes sociais empobrecidos, mas a outros fatores materiais e imateriais que geram desigualdades entre as pessoas, como visto anteriormente. Ser pobre não quer dizer apenas que a pessoa passa por privação no acesso a bens e serviços em decorrência de sua renda, uma vez que ela pode sofrer privações em diversas esferas da

Pobreza, desigualdade e educação: uma análise na perspectiva socioeconômica, étnico-racial e territorial

vida em sociedade em relação a aspectos sociais (SEN, 2000), tais como, gênero, pertencimento étnico-racial, geracional e outros.

A pobreza, é importante ressaltar, é aqui entendida como a restrição ao acesso a bens e serviços básicos a sobrevivência humana e que não se resume apenas as condições econômicas do sujeito, mas as outros fatores multidimensionais que potencializam as desigualdades sociais. Escapar dela “[...] não se limita a dispor do essencial à sobrevivência, mas ter acesso a um conjunto de recursos que permita ao indivíduo funcionar adequadamente na sociedade em que vive.” (ROCHA, 2013, p. 01). De todo modo, é considerado pobre, de acordo com a classificação do Banco Mundial, a pessoa que vive com entre \$ 1 e \$ 2 dólares por dia e extremamente pobre quem vive com menos de \$ 1 dólar por dia. Em 2017, conforme o IBGE (2019a), era considerada pobre no Brasil a pessoa que vivia com até R\$ 406,00/mês e extremamente pobre quem tinha a renda de até R\$ 140,00/mês per capita.

Chama a atenção na sociedade brasileira o elevado número de pessoas vivendo em situação de pobreza, 26,5% da população, entre essas, 13,5 milhões encontram-se abaixo da linha da pobreza (IBGE, 2019a). Grande parte dependente de políticas assistencialistas de governo e de organizações não governamentais (ONGs), que amenizam, mas não resolvem o problema, e até mesmo do lixo, pois são muitas as pessoas que sobrevivem da reciclagem do lixo produzido nas cidades. Geralmente, com pouca ou nenhuma oportunidade ou perspectiva de uma vida melhor e/ou terem seus direitos civis e individuais plenamente garantidos.

Para refletir sobre a pobreza e desigualdade, como observa Campello *et al* (2018), é necessário evitar desconsiderar a necessidade de superar a assimetria de acesso a bens e serviços. Neste sentido, cabe salientar que algumas políticas públicas de governo, a exemplo do programa Minha Casa Minha Vida, do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada e de projetos sociais de ONGs, embora não resolvam o problema da pobreza e da desigualdade, têm impacto positivo na criação de oportunidades equânimes que permitem parcela significativa dos agentes sociais em situação de pobreza ou de extrema pobreza viver com o mínimo de dignidade e cidadania. Contudo, nos últimos anos, as políticas de combate à pobreza e à desigualdade têm sido cada vez mais reduzidas, principalmente a partir do governo do atual presidente Jair Messias Bolsonaro. O qual tem se mostrado, insensível com as questões sociais no país, sobretudo em relação as questões

envolvendo grupos historicamente discriminados e marginalizados na sociedade brasileira, a exemplo da população negras, povos indígenas e da população LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais/transgêneros, queer, intersexo, assexual e mais).

Até o ano de 2002, segundo Matilde Ribeiro (2009, p. 20), não houve “[...] ações substanciais capazes de reverter, de maneira mais abrangente, a desigualdade e a exclusão social e racial.” No entanto, entre 2003 e 2011, durante os governos petistas, a proporção de pessoas empobrecidas caiu pela metade no Brasil (ROCHA, 2013), em parte graças as políticas públicas de combate à pobreza e às desigualdades implementadas nesse período. Mas, diante do contexto político atual, de acordo com os estudos de Marcelo Neri (2019), a pobreza no país aumentou 33%, passando de 8,38% a 11,18% da população, um contingente de 23,3 milhões de brasileiros em situação de pobreza.

A desigualdade de renda no país tem aumentado continuamente, de 2014 a 2019 a renda acumulada dos 50% mais pobres caiu para 17%, a dos 10% mais ricos 3% e a dos 1% mais ricos aumentou 10% (NERI, 2019). Reflexo, provavelmente, da crise política que se estabeleceu no país nos últimos anos, da diminuição das pessoas beneficiadas pelos programas de transferência de renda e da redução e/ou não continuidade de políticas voltadas para o combate à pobreza e às desigualdades sociais.

A desigualdade brasileira é tão grande que, conforme documento informativo da Oxfam Brasil (2018), os cinco homens mais enriquecidos do Brasil concentram juntos o equivalente a metade da renda dos agentes sociais empobrecidos. O que se percebe é que a apropriação em demasia da riqueza por alguns poucos tem como consequência o empobrecimento de muitos (CATTANI, 2007), algo tão parte da história do país que adquire fórum de coisa natural (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000), enviesado por questões étnico-raciais e regionais, uma vez que, neste contexto de pobreza, extrema pobreza e muita desigualdade, a população negra e os povos indígenas têm sido historicamente os mais afetados e as regiões Norte e Nordeste as que apresentam os maiores índices de pessoas empobrecidas e de extremamente empobrecidas.

É tanto que transcorrido mais de 120 anos da abolição da escravatura a desigualdade material e simbólica dos “[...] grupos étnico-raciais subalternizados se manteve e a desvantagem em relação aos brancos no usufruto de recursos e benefícios continua a afetar severamente metade da população brasileira.” (IBGE, 2008, p. 209) População essa que,

Pobreza, desigualdade e educação: uma análise na perspectiva socioeconômica, étnico-racial e territorial

considerando-se pretos e pardos como pertencentes ao mesmo grupo étnico-racial, em 2018 mais da metade era de afrodescendente, preta 9,3% e parda 46,5%, configurando-se em 55,8% do total da população. No entanto, em 2018, representavam apenas 27,7% entre os 10% com maiores rendimentos e 75,2% entre os 10% com menores rendimentos, isto é, em situação de pobreza e de extrema pobreza (IBGE, 2019a).

Chama atenção o fato que, em 2018, a renda média domiciliar *per capital* das pessoas brancas superou em quase duas vezes o das pessoas negras – R\$ 1.846 contra R\$ 934 (IBGE, 2019a). Reflexo, em parte, do lugar que ocupam nos espaços laborais, visto que enquanto os brancos ocupam os espaços de maiores requisitos de qualificação e maiores recompensas materiais e simbólicas, os não brancos os de menor qualificação. Em relação a renda média *per capital* do homem branco, em 2016, era de 1.798, da mulher branca de 1.702, do homem não branco de 958 e da mulher não branca de 887 (CAMPOS; FRANÇA; FERES JÚNIOR, 2018). Em 2018, conforme dados do IBGE (2019b), o rendimento médio mensal das pessoas brancas ocupadas era de R\$ 2.796 e das pessoas negras (pretas e pardas) de R\$ 1.608, ou seja, um rendimento 73,9% superior dos brancos em relação aos negros.

Assim como no total da população brasileira, as pessoas de cor ou raça preta ou parda constituem, também, a maior parte da força de trabalho no País. Em 2018, tal contingente correspondeu a 57,7 milhões de pessoas, ou seja, 25,2% a mais do que a população de cor ou raça branca na força de trabalho, que totalizava 46,1 milhões. Entretanto, em relação à população desocupada e à população subutilizada, que inclui, além dos desocupados, os subocupados e a força de trabalho potencial, as pessoas pretas ou pardas são substancialmente mais representadas – apesar de serem pouco mais da metade da força de trabalho (54,9%), elas formavam cerca de $\frac{2}{3}$ dos desocupados (64,2%) e dos subutilizados (66,1%) na força de trabalho em 2018. (IBGE, 2019a, p. 02)

Muitos vivendo no mercado de trabalho informal e que, segundo o IBGE (2019a, p. 02), está associado “[...] ao trabalho precário e/ou à falta de acesso a algum tipo de proteção social, que limita o acesso a direitos básicos, como a remuneração pelo salário mínimo e a aposentadoria.” Sendo as regiões Norte e Nordeste as que apresentam os maiores índices de pessoas vivendo do trabalho informal e entre as pessoas negras cerca de 60% vivendo na informalidade do mercado de trabalho (IBGE, 2019a).

Conforme os estudos de Neri (2019), no período de 2014 a 2019, houve uma queda de renda média (-3,71%) do trabalho entre todas as pessoas em idade ativa. Essa perda foi mais expressiva entre os jovens de 20 a 24 anos de idade (-17,76%), pessoas não alfabetizadas (-15,09%), negros (-8,35%), moradores das regiões Norte (-13,08%) e Nordeste (-7,55%). As mulheres, segundo o referido autor, foi o único grupo tradicionalmente excluídos que não

teve perda, teve aumento de 2,22% contra perdas de 7,16% para os homens, provavelmente, observa o referido autor, pelo fato de terem mais escolaridade.

Quanto aos negros e negras, em sua maioria, encontram-se em empregos mal remunerados, desempregados ou em subempregos, marginalizados e concentrados nos bairros periféricos e/ou nas favelas, bem como nas regiões economicamente menos desenvolvidas - 76,3% no Norte, 72,5% Nordeste, 59,2% Centro Oeste, 46% Sudestes e 23,2% no Sul (IBGE, 2015). Isso evidencia que as desigualdades sociais e étnico-raciais se misturam, e que a segunda está no núcleo do que se costuma chamar de “naturalização da desigualdade”, havendo uma “sobrerrepresentação da pobreza.” (SANTOS, 2013, p. 31)

Um aspecto importante a ser considerado ao se falar de pobreza e de desigualdade, no Brasil, diz respeito a dinâmica de ocupação, exploração e desenvolvimento do país desde o período colonial. Dinâmica que beneficiou apenas os agentes sociais pertencentes aos grupos hegemônicos, ou seja, os brancos, e gerou desigualdades entre regiões (ARAÚJO, 2018). Com isso, deixou as regiões economicamente menos desenvolvidas (Norte e Nordeste) e os agentes sociais pertencentes aos grupos historicamente discriminados e oprimidos (negros, indígenas e outros) as margens do desenvolvimento econômico, político, educacional e social do país. A esse respeito, Araújo e Flores (2017, p. 161) são taxativos ao afirmar que a desigualdade territorial “[...] é um problema que remete às suas origens e perpassa muitas dimensões”, entre elas, a dimensão racial e a regional.

A acentuada concentração dos agentes sociais não brancos nas regiões economicamente menos desenvolvidas e as decorrentes desvantagens destes nas oportunidades econômicas, políticas, sociais e, inclusive, educacionais, segundo Hasenbalg (2005), são alguns dos aspectos das causas da desigualdade entre brancos e não brancos no Brasil. No entanto, Estado e mercado são, quase sempre, os imperativos que regem as leis de análise da desigualdade no país, quando se sabe que esta não se reduz apenas a questão de classe, envolve outras variáveis como as questões étnico-raciais, de gênero, territorialidade, entre outras (ARAÚJO, 2018). Logo, a questão da desigualdade não pode ser reduzida apenas a renda *per capita* (BAUMAN, 2013), isto é, ao fator econômico.

Os indicadores sociais revelam a existência de um desnível abissal entre os agentes sociais enriquecidos e os agentes sociais empobrecidos, principalmente entre brancos e negros no país, estabelecendo, de certo modo, uma divisão social embasada na condição

Pobreza, desigualdade e educação: uma análise na perspectiva socioeconômica, étnico-racial e territorial

socioeconômica, territorial e no pertencimento étnico-racial do sujeito. Enquanto na região Sudeste o percentual de pessoas em situação de pobreza é de 11%, na região Nordeste esse percentual chega a 40% e a renda per capita é três vezes menor, sendo que os negros no conjunto da população brasileira, em situação de pobreza e abaixo da linha de pobreza, representam 64% dos empobrecidos e 70% dos indigentes (ARAÚJO, 2014).

Desigualdades educacionais no Brasil em foco

No campo educacional, os indicadores sociais revelam que todas as desigualdades - renda, cor/raça, sexo, gênero, territorial, entre outras - estão refletidas na educação, e são condicionantes para o baixo desempenho dos estudantes menos favorecidos, em particular no baixo desempenho dos estudantes negros e negras, seguramente os mais atingidos pelas mazelas sociais que afetam a sociedade brasileira. Estes influenciam, de forma decisiva, para que as oportunidades educacionais não sejam iguais para todos no país (ARAÚJO, 2014), reforçando, desta forma, a manutenção da desigualdade em suas quatro formas básicas, apresentadas por Therborn (2010), distanciamento, exclusão, hierarquia e exploração.

Os indicadores sociais revelam que as desigualdades sociais, econômicas, educacionais e, inclusive, as desigualdades étnico-raciais e territoriais estão correlacionadas e se complementam. Portanto, não faz sentido “[...] discutir as questões sociais e as questões étnico-raciais a parte, como se estas não se completassem e/ou não se correlacionassem.” (ARAÚJO, 2018, p. 410) Apontam ainda que os reflexos das desigualdades na vida das pessoas empobrecidas, principalmente as historicamente colocadas as margens das fronteiras do Estado, reduzem as oportunidades destas no acesso, permanência e êxito escolar, bem com as expectativas de prosseguirem nos níveis mais altos de ensino, graduação e pós-graduação. Consequentemente, acessarem os espaços socialmente mais valorizados, excluindo-os das oportunidades de ascensão intelectual, social e econômica. E, desta forma, as mantêm subalternizadas, em empregos com salários humilhantes, em subempregos ou desempregadas.

Os resultados de pesquisas acadêmicas, governamentais e não governamentais, sobretudo os indicadores sociais são bastante desanimadores em relação às desigualdades, em particular a educacional, que se fazem presentes no meio social brasileiro e atinge com maior intensidade a população negra. A esse respeito, Alexandre Nascimento (2007, p. 178) é taxativo ao afirmar que “[...] o quadro de desigualdade social explicado pelos indicadores

sócio-econômicos é perverso e, pior ainda, é historicamente persistente, quase como se vivêssemos num regime de casta.” Em outras palavras, a divisão social em grupos superiores e grupos inferiores, embora aqui essa divisão não seja instituída ou verbalizada, permeia fortemente o imaginário social dos brasileiros.

A Constituição Federal brasileira, no seu artigo 205, diz que a educação é um direito de todos os cidadãos e dever do Estado e da família, mas na realidade não é o que acontece, pois, como pontua Arroyo (2009, p. 153), é preciso reconhecer que ainda não se conseguiu “[...] colocar a educação no campo dos direitos sociais humanos plenos, ela fica à mercê de tantos condicionantes sociais, raciais, territoriais e até escolares, que não acaba de se afirmar como obrigatória.” Acrescenta ainda que,

Cada criança ou adolescente, jovem ou adulto popular que vai atrás do seu direito a um percurso de formação digno, ininterrupto, terá de aprender que tem apenas 20% de chance de garantir esse direito. Estará entre os 80% dos reprovados, repetentes, multirrepetentes, defasados, evadidos. (ARROYO, 2009, p. 153)

Em consonância com o que diz Arroyo, pode-se dizer que, embora o acesso à educação básica, especificamente o Ensino Fundamental e Ensino Médio, esteja em via de se universalizar no Brasil, a situação precária em que se encontra o sistema público de ensino coloca em dúvida a efetiva garantia do direito à educação no país. Ocorre que as desigualdades de acesso a essa etapa da educação foram substituídas pelas desigualdades de sucesso (DUBET, 2008), ou seja, se por um lado o ensino básico se encontra em vias de universalização, por outro segue existindo no sistema escolar brasileiro mecanismos de reprodução e manutenção das desigualdades entre grupos.

Cabe ressaltar, no entanto, que o processo de democratização e de universalização da educação básica, a partir dos anos de 1980, significou avanço expressivo para a população negra no acesso à escola. De acordo com os estudos de Silva *et al* (2009), em 1987, de cada cinco crianças negras uma não tinha acesso ao ensino elementar e 63% ao ensino médio, apenas 8% chegavam a esse nível na idade adequada, 27% ainda estava no ensino fundamental e 65% se encontravam fora da escola. Porém, como o processo de democratização do país e da educação, assegura o autor citado, esse quadro começa a ser modificado, visto que, em 2006, a proporção de jovens negros e negras frequentando o ensino médio na idade considerada adequada chegou a 56%, reduzindo também de forma significativa o número dos que se encontravam fora da escola.

Pobreza, desigualdade e educação: uma análise na perspectiva socioeconômica, étnico-racial e territorial

Cabe ressaltar, também, que o processo de ampliação da oferta da educação, faz com que se possa afirmar, com elevado chance de acerto, que ingressar na escola, hoje, é relativamente fácil, pois o acesso à educação básica foi bastante ampliado nas últimas décadas. Por outro lado, difícil, no entanto, como observa Barcelos (1993), é concluir a escolarização básica com êxito. Isto porque o ensino reservado aos agentes sociais menos favorecidos, como ressalta Bourdieu (1998, p. 57), opõe-se tanto ao ensino reservado aos herdeiros da cultura exigida pela escola reservada a um número reduzido de indivíduos. Assim sendo, o que fica evidente é que se por um lado a escola pública brasileira foi aparentemente democratizada, por outro lado continua não oferecendo aos seus usuários, em quase sua totalidade composta pelos agentes sociais empobrecidos e carentes de instrução, em sua grande maioria de pessoas negras, os recursos necessários para que consigam entrar, permanecer e concluir os seus estudos com sucesso.

Passado mais de três décadas em que foi proclamada, no Brasil, a educação como um direito de todas as pessoas e dever político do Estado, a efetivação desse direito, como chama a atenção Arroyo (2009, p. 152), ainda continua sendo negado “para milhões de crianças e adolescentes, jovens e adultos populares, aos quais é negado o direito a um percurso digno, sem interrupção, próprio de seu tempo humano.” Outro aspecto importante a ser considerado é o fato de que quanto mais empobrecido for o sujeito e/ou escura a cor da sua pele, menor é o seu nível de escolaridade, como também menores são as suas oportunidades de acesso, permanência e êxito no sistema formal de ensino, evidenciando, com isso, o que se vem defendendo neste estudo, que a questão étnico-racial é um dos fatores condicionantes das desigualdades no Brasil. Ou seja,

[...] para além das condições materiais de funcionamento das diferentes escolas, o tratamento dispensado a estudantes negros, pobres e de outros grupos sociais e econômicos é muito mais discriminatório que o dispensado aos estudantes brancos e de melhores condições econômicas. (OLIVEIRA, 2013, p. 32)

A esse respeito, Queiroz (2004) chama a atenção para dinâmica escolar na manutenção das desigualdades étnico-raciais e os determinantes no condicionamento dos negros e negras no mesmo lugar de sempre, ou seja, na base da pirâmide socioeconômica e educacional. Segundo ela, enquanto na educação básica a contrapartida da ampliação da participação dos negros e negras está na evasão e na repetência, no Ensino Superior a contrapartida está na inserção destes, nos cursos socialmente menos valorizados e, por conseguinte, no direcionamento para os espaços e posições de menor prestígio social e

remuneração, renovando, desta forma, o ciclo da reprodução das desigualdades. Em 2018, a taxa de ingresso de pessoas negras no Ensino Superior era de 35,4% enquanto a de pessoas brancas era de 53,2% (IBGE, 2019b), um diferencial expressivo entre brancos e negros.

Para Silva *et al* (2009), é inegável a melhoria do acesso da população brasileira como um todo, em especial da população negra, ao Ensino Fundamental. Todavia, segundo o referido autor, “[...] as políticas universais vem demonstrando uma baixa eficácia na redução das desigualdades educacionais entre negros e brancos nos demais níveis e, em alguns casos, até operou para a ampliação destas” (SILVA *et al*, 2009, p. 227). Assim, do ponto de vista das relações étnico-raciais, suponha-se que a solução para diminuir as desigualdades que permeiam os diferentes níveis de ensino no Brasil não está em apenas o Estado adotar um conjunto de metas, normas e conteúdos novos direcionados a diversidade étnico-racial e cultural do povo brasileiro, mas em cumprir com o seu papel e garantir a todas as pessoas igualdade de direitos por meio de políticas públicas universais, assim como políticas focalizadas que promovam equidades nas oportunidades.

Para Alain Kaly (2011, p. 27) “[...] há de se ter políticas públicas para haver acesso qualificado e permanência com equidade, de modo que o êxito ou o fracasso seja efetivamente definido pelas escolhas do indivíduo e não pela sua cor ou origem social.” É preciso compreender que as desigualdades sociais e étnico-raciais, assim como as péssimas condições em que se encontram as escolas públicas brasileiras e a qualidade do ensino ofertado, certamente, tem peso impactante no desempenho dos alunos e alunas usuários do sistema público de ensino no nível básico e, por conseguinte, no acesso ao Ensino Superior. Assim como, grande impacto na desigualdade de acesso, de tratamento e de resultado em um sistema educacional que se pensa democrático, que diz garantir a igualdade de direitos e de oportunidades, mas que, contraditoriamente, apresenta indicadores educacionais abaixo dos padrões internacionais.

Para Hasenbalg e Silva (1990, p. 12), as “[...] diferenças na dinâmica da trajetória escolar resultam nas profundas desigualdades educacionais que separam brancos e não-brancos na sociedade” brasileira. Logo, para compreender e intervir nas desigualdades que perpassam pelo sistema de ensino brasileiro faz-se necessário discutir qualidade e equidade na educação desde a base, ou seja, desde a Educação Infantil, posto que a qualidade do

Pobreza, desigualdade e educação: uma análise na perspectiva socioeconômica, étnico-racial e territorial

ensino nessa etapa influenciará nas etapas seguintes, Ensino Fundamental e Ensino Médio e, logo, no Ensino Superior, graduação e pós-graduação.

Queiroz (2004, p. 68) pondera que o fato de as pessoas negras no Brasil serem direcionados para as escolas de condições mais precárias, de pouca ou péssima qualidade, tanto o retorno da escolaridade destas, dificulta o acesso aos níveis mais elevados de ensino quanto reflete e reforça a história de exclusão. “[...] Seja porque o impede de ter acesso a graus mais elevados de escolarização, seja por comprometer o processo de constituição da sua identidade.” Provavelmente, por isso as pessoas negras sejam os cidadãos e cidadãs brasileiros que apresentam os menores anos de escolaridades, bem como os que se defrontam com “[...] as piores condições de aprendizagem e maior nível de defasagem escolar.” (SILVA, 2013, p. 17) E ao longo da sua trajetória educacional estejam expostos a uma série de desvantagens vinculadas a sua condição étnico-racial e econômica que os deixam em uma situação desigual em relação às pessoas brancas e que determina o seu destino educacional (HASENBALG; SILVA, 1990; QUEIROZ, 2004) e profissional.

Considerações finais

Mesmo os indicadores sociais apresentando em números percentuais a dimensão da pobreza e da desigualdade na sociedade brasileira, parecem não servirem de parâmetros para intervenções que atinjam o núcleo das desigualdades socioeconômicas, étnico-raciais, regionais e educacionais. A análise desses indicadores aponta para a necessidade de políticas focalizadas, ao revelar as desigualdades que atingem a população empobrecidas, com particular intensidade as pessoas negras e indígenas, e o lugar desprivilegiado ocupado por estas na hierarquia socioeconômica e educacional; assim como Políticas de Ações Afirmativas em todos os setores da sociedade em que os agentes sociais marginalizados e historicamente discriminados se encontrem sub representados.

É preciso entender que a pobreza, como observam Garcia e Yannoulas (2017, p. 30), não é “[...] um problema puramente técnico ou explicado pelas condições individuais de cada sujeito, mas como um problema de caráter estrutural, socialmente constituído e não ‘natural’.” Tanto o Estado quanto as instituições públicas e privadas brasileiras têm uma dívida histórica para como os agentes sociais marginalizados e que ao longo da história do país têm sido excluídos dos espaços sociais e laborais economicamente mais valorizados.

Embora a educação seja considerada como um dos principais meios do indivíduo ascender socioeconomicamente, como pondera Bourdieu (1998, p. 48), no caso brasileiro,

enquanto o acesso aos diferentes níveis e modalidades de ensino não for equânime e não se considerar que a pobreza, a desigualdade, o racismo, o preconceito e a discriminação racial são fatores estruturais e estruturantes das relações sociais, econômicas, políticas e educacionais no país não será possível reduzir as desigualdades e favorecer a plena democratização e universalização da garantia do direito à educação.

É preciso desconstruir a concepção simplista de que a educação escolar é sinônimo de ascensão socioeconômica, única condição que o sujeito tem para deixar de ser pobre, pois, dessa forma, como pontua Arroyo (2014), omite-se os verdadeiros motivos, que é a perpetuação dos valores da hegemonia dominante. Vejamos, considerando o atual contexto da pandemia da Covid19, o avanço das políticas neoliberais e das pautas ultraconservadoras, com reflexos no agravamento das desigualdades sociais, no aumento da concentração de renda nas mãos de uma parcela reduzida da sociedade o que se observa é o agravamento dos diferentes fatores de promoção das desigualdades no país, discutidos no decorrer do texto.

Uma das consequências da pandemia covid19 é o hiato na oferta da escolarização nas redes públicas de educação, as quais em todo país paralisaram suas atividades ou mesmo ofertaram em condições tecnológicas e didático-pedagógicas desfavoráveis para o seu público-alvo, qual seja, a maioria da população negra e periférica, atingindo justamente as pessoas que têm seu direito de vida mais comprometido, e, nesse contexto, como não haveria de ser diferente, o seu direito educacional negado.

Referências

ARAÚJO, J. A. Educação e Desigualdade: a conjuntura atual do ensino público no Brasil. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, ano 2, n. 3, p. 125-157, jan./jun., 2014.

ARAÚJO, J. A. Pobreza e desigualdade social e educacional no Brasil: uma questão social de classes ou uma questão racial de abrangência nacional com algumas peculiaridades regionais? **Revista da ABPN**, v. 10, n. 24, p. 409-425, nov.2017- fev. 2018.

ARAÚJO, V; FLORES, P. Redistribuição de renda, pobreza e desigualdade territorial no Brasil. **Rev. Sociol. Polit.**, v. 25, n. 63, p. 159-182, set. 2017

ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

ARROYO, M. G. O direito à educação ameaçado: segregação e resistência. In: ARROYO, M. G; ABRAMOVICZ, A. (Orgs.). **A reconfiguração da escola: entre a negação e a afirmação de direitos**. Campinas, SP: Papirus, 2009. p. 129-159.

Pobreza, desigualdade e educação: uma análise na perspectiva socioeconômica, étnico-racial e territorial

ARROYO, M. G. **Módulo Introdutório: Pobreza, Desigualdades e Educação**. Brasília: SECADI/MEC, 2014.

BARCELOS, L. C. Educação e desigualdades raciais no Brasil. **Caderno de Pesquisa** [online], n. 86, p. 15-24, 1993. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n86/n86a02.pdf>. Acesso em: 10 jan., 2012.

BARROS, R. P; HENRIQUES, R; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **RBCS**, n. 15, n. 42, p. 123-142, fev./2000.

BAUMAN, Z. **Danos Colaterais: desigualdades sociais numa era global**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CAMPELLO, T. *et al.* Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. **Saúde Debate**, v. 42, n. Especial 3, p. 54-66, nov. 2018.

CATTANI, A. D. Riqueza Substantiva e Relacional: um enfoque diferenciado para a análise das desigualdades na América Latina. In: CIMADAMORE, A. D; CATTANI, A. D. (Org.). **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, 2007.

CIMADAMORE, A. D. As políticas de produção de pobreza: construindo enfoques teóricos integrados. In: CIMADAMORE, A. D; CATTANI, A. D. (Org.). **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, 2007. p. 07-38

DÍAZ, L. M. Instituições do Estado e produção e reprodução da desigualdade na América Latina. In: CIMADAMORE, A. D; CATTANI, A. D. (Org.). **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, 2007. p. 125-148

DUBET, F. **O que é uma escola justa?** A escola das oportunidades. São Paulo: Cortez, 2008.

GARCIA, A. V.; YANNOULAS, S. C. Educação, pobreza e desigualdade social. **Em Aberto**, Brasília, v. 30, n. 99, p. 21-41, maio/ago. 2017.

HADDAD, S. **Educação e exclusão no Brasil**. São Paulo: Ação Educativa, 2007.

HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

HASENBALG, C; SILVA, N. V. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. **Cad. Pesq.** n. 73, p. 5-12, maio 1990.

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. **Estudos & Pesquisas: informações demográfica e socioeconômica**, Rio de Janeiro, n. 23, 2008.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**. 2019a. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos> Acesso em: 7 out. 2020.

IBGE. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas**, Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 41, 2019b. Disponível em: liv101681_informativo.pdf (ibge.gov.br) Acesso em: 5 set. 2020.

KALY, A. P. Desprestígio racial, desperdício social e branqueamento do êxito. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 26, p. 21-31, nov. 2011.

MARTINI, R. A. **Um ensaio sobre os aspectos teóricos e metodológicos da economia da pobreza**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

NASCIMENTO, A. Ações Afirmativas, combate ao racismo e promoção da igualdade. In: SANTOS, Ivanir; ROCHA, José Geraldo (Orgs.). **Diversidade & ações afirmativas**. Rio de Janeiro: CEAP, 2007. p. 175- 203

NERI, M. C. **A Escalada da Desigualdade** - Qual foi o Impacto da Crise sobre Distribuição de Renda e Pobreza? Rio de Janeiro, RJ - Agosto/2019 - FGV Social. Disponível em: <https://cps.fgv.br/desigualdade> Acesso em: 3 nov. 2020.

OLIVEIRA, R. P. Análise das desigualdades intraescolares no Brasil. **Estudos e Pesquisas Educacionais**, CEPPPE/USP, outubro de 2013.

OXFAM Brasil. **Recompensem o trabalho, não a riqueza**. Documento informativo Oxfam Brasil, abril de 2018.

OXFAM Brasil. **Nós e as desigualdade**. Relatório Oxfam Brasil, abril de 2019.

QUEIROZ, D. M. **Universidade e desigualdades**: brancos e negos no ensino superior. Brasília: Liber Livro, 2004.

RIBEIRO, C. A. C. Desigualdade de Oportunidades e Resultados Educacionais no Brasil. **DADOS** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 41-87, 2011.

RIBEIRO, M. As políticas de igualdade racial no Brasil. **Análise e propostas**, n. 35, abr., 2009.

ROCHA, S. Pobreza no Brasil: A Evolução de Longo Prazo (1970-2011) **Estudos e Pesquisas**, n. 492, p. 01-52, 2013.

Pobreza, desigualdade e educação: uma análise na perspectiva socioeconômica, étnico-racial e territorial

SANTOS, I. A. A. **Direitos Humanos e as práticas de racismo**. Brasília: Câmara dos deputados, edições Câmara, 2013.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, J. et al. A promoção da igualdade racial no primeiro semestre de 2007 e as políticas universalistas. In: JACCOUD, L. (Org.). **A Construção de uma Política de Promoção da Igualdade Racial**: uma análise dos últimos 20 anos. Brasília: Ipea, 2009. p. 205-233

SILVA, T. D. Panorama social da população negra. In: SILVA, Tatiana Dias; GOES, Fernanda Lira (ORGs). **Igualdade racial no Brasil**: reflexões no ano internacional dos afrodescendentes. Brasília: Ipea, 2013. p. 13-28.

THERBORN, G. Os campos de extermínio da desigualdade. **Novos Estudos**, n. 87, p. 145-156, julho, 2010.

Sobre os autores

Jurandir de Almeida Araújo

Doutorando em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Membro do Grupo de pesquisa Política e Gestão da Educação, do grupo de pesquisa Educação (PPGE/UFBA), Desigualdade e Diversidade (PPGEduC/UNEB), do Laboratório de Tecnologias Informacionais e Inclusão Sociodigital (LTI Digital/UFBA) e da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) pela Justiça Social (Abrapps). Bolsista CAPES. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2688-4858> E-mail: juran-araujo@hotmail.com

Marta Lícia Teles Brito de Jesus

Pedagoga, mestre e doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação UFBA. Membro do Grupo de pesquisa Política e Gestão da Educação, do grupo de pesquisa Educação (PPGE/UFBA). Tutora do Programa de Educação Tutorial - PET. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1777-4734> E-mail: marta.licia@ufba.br

Gilvanice Barbosa da Silva Musial

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (1990), mestrado em Tecnologia pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (2002) e doutorado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2011) com realização de Estágio de Doutorado - Sanduíche - na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris, França. Foi professora da Universidade do Estado de Minas Gerais (1997-2015). Atualmente é professora adjunta da Faculdade de Educação, Departamento de Educação I, da Universidade Federal da Bahia e integra o PPGE/UFBA da linha de Política e Gestão da Educação e o MPED/UFBA. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0597-8150> E-mail: gilvanice.musial@ufba.br

Recebido em: 23/04/2021

Aceito para publicação em: 17/10/2021